

# **XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

REDACÇÃO



## ***XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa***

Bissau, 18 de julho de 2025

### **Declaração de Bissau**

1. Os Chefes de Estado e de Governo da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste reuniram-se na XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Bissau, no dia 18 de julho de 2025.

2. Elegeram Sua Excelência o Senhor Umaro Sissoco Embaló, Presidente da República da Guiné-Bissau, como Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da

CPLP, para o biénio 2025-2027.

3. Congratularam-se com o 29.º aniversário da constituição da CPLP e reiteraram o compromisso histórico consagrado na sua Declaração Constitutiva com a consolidação da Organização como foro privilegiado de diálogo e de colaboração, de reforço da solidariedade e da cooperação em prol do desenvolvimento socioeconómico sustentável dos seus povos, com base na partilha da Língua Portuguesa e do compromisso com os primados da paz, do Estado de direito, da democracia, dos direitos humanos e da justiça social.

4. Felicitaram Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe pela celebração dos 50 Anos de Independência, no corrente ano, e congratularam-se pelos seus esforços na construção do Estado democrático e de direito, bem como pela defesa dos princípios e valores da CPLP e materialização dos seus objetivos.

5. Tomaram nota, com satisfação, das Reuniões Ministeriais Setoriais realizadas para a concretização dos objetivos da Comunidade desde a XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que teve lugar em São Tomé, no dia 27 de agosto de 2023, referenciadas em anexo.

6. Saudaram a escolha do lema “A CPLP e a Soberania Alimentar: Um Caminho para o Desenvolvimento Sustentável” para a XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo e comprometeram-se a promover o diálogo político, a troca de experiências e a cooperação com vista a elevar as realizações da CPLP em todas as áreas.

7. Reconheceram que a promoção da soberania alimentar dos Estados-Membros e dos Povos bem como a segurança alimentar e nutricional, agora e no futuro, devem permanecer como prioridades da Agenda internacional e da CPLP, como forma de garantir a promessa coletiva de justiça social, da dignidade humana e da sustentabilidade planetária.

8. Congratulando-se com a ratificação por Portugal e São Tomé e Príncipe da revisão dos Estatutos da CPLP, adotada pela XVI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (Luanda, 23 de março de 2023), apelaram à sua célere ratificação pelos demais Estados-Membros.

### **Concertação político-diplomática**

9. Congratularam-se com os avanços registados na projeção internacional da CPLP, sublinhando a importância da sua consolidação, através do reforço das relações com a Organização das Nações Unidas e as suas Agências Especializadas, bem como do aprofundamento de parcerias estratégicas com organizações regionais e sub-regionais, com vista à afirmação da CPLP como ator relevante no panorama internacional.

10. Expressaram a sua satisfação com o aumento de países e organizações internacionais

que manifestam interesse em associar-se à Comunidade, através da obtenção do estatuto de Observador Associado, como reconhecimento do papel estratégico que a CPLP desempenha como plataforma de diálogo multilateral, intercâmbio cultural, cooperação técnica e diplomacia económica.

11. Sublinharam a importância de identificar desafios emergentes para os Estados-Membros e de reforçar a capacidade de resposta da CPLP na prevenção de conflitos, na prestação de assistência humanitária e no apoio à consolidação das instituições democráticas e do Estado de Direito.

12. Congratulam-se pelas atividades desenvolvidas em estreita colaboração com a Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) com vista a reforçar as capacidades institucionais e operacionais das Autoridades Nacionais para a Proibição das Armas Químicas dos Estados membros e saudaram, nesse particular, o Memorando de Entendimento assinado recentemente entre a CPLP e a OPAQ, que estabelece um quadro legal para a prossecução dessa cooperação.

13. Expressaram a sua preocupação com as crescentes tensões geopolíticas, destacaram a necessidade de fortalecer o multilateralismo, defendendo a diplomacia, e ressaltaram a interdependência entre segurança e desenvolvimento, bem como a necessidade de dar maior enfoque a medidas que promovam a prevenção de conflitos e consolidação da paz.

14. Reiteraram a profunda preocupação com os diversos conflitos e crises humanitárias que continuam a ameaçar a paz, a segurança e a estabilidade internacionais, com impactos graves sobre as populações civis, nomeadamente no que se refere ao direito à vida, à segurança alimentar, deslocamentos forçados e destruição de infraestruturas.

15. Apelaram aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, nomeadamente do direito internacional, dos Direitos Humanos, da soberania dos Estados, da integridade territorial e da autodeterminação dos Povos, sublinhando a importância do multilateralismo, do diálogo e da diplomacia para a prevenção de conflitos e promoção de uma paz duradoura.

16. Reafirmaram, ainda, as posições já expressas pela CPLP relativamente a conflitos não resolvidos, defendendo soluções políticas inclusivas e o reforço da solidariedade com os países e populações mais vulneráveis.

17. No ano em que se celebram 25 anos de sua adoção, reiteraram a importância da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e comprometeram-se a envidar esforços para a implementação da agenda Mulheres, Paz e Segurança e para garantir a participação plena, igualitária e significativa de mulheres em temas de paz e segurança internacional, inclusive na prevenção e solução de conflitos, em processos de paz, bem como na manutenção e consolidação da paz.

18. Congratularam-se com a realização de eleições regulares em Estados-Membros da CPLP e com a busca do necessário aperfeiçoamento das instituições eleitorais, imprescindíveis para a legitimidade democrática, elemento essencial da preservação de

instituições representativas, da afirmação dos direitos humanos, bem como do reforço do Estado de direito democrático e saudaram o envio de missão de observação eleitoral (MOE) da CPLP às Eleições Gerais – Presidenciais, Legislativas, Assembleias Provinciais e Governadores de Província em Moçambique, em 2024.

19. Felicitaram a eleição de Margarida Adamugy Talapa, de Moçambique, como Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP) no biénio 2025-2027, por ocasião da XIV Reunião Ordinária da Assembleia Parlamentar da CPLP (Maputo, 14 e 15 de julho de 2025).

20. Reconheceram a importância do reforço da cooperação com os Observadores Associados na prossecução dos objetivos da CPLP, para a projeção internacional da Organização e para a promoção da Língua Portuguesa, e aprovaram a concessão da categoria de Observador Associado da CPLP à Austrália e à Associação Internacional de Segurança Social (AISS). Registaram com interesse as candidaturas da Ucrânia e da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado e propuseram a conclusão da sua avaliação na próxima Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

21. Congratularam-se com a concessão à CPLP do estatuto de Observador da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, na Reunião Anual do Conselho de Assuntos Gerais e de Política, realizada em Haia, de 4 a 7 de março de 2025, e comprometeram-se a trabalhar pela institucionalização da cooperação entre as duas organizações.

22. Registaram, com satisfação, a adoção, em 11 de dezembro de 2024, pela 79.<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), da Resolução A/RES/79/L.43, “Cooperação entre as Nações Unidas e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, reiterando a importância de promover a articulação e colaboração entre a CPLP e as agências, fundos e programas da ONU, congratularam-se com a concertação político-diplomática dos Estados-Membros da CPLP em diferentes organizações internacionais, evidenciada em declarações conjuntas em reuniões de Alto-Nível, e reafirmaram a importância de promover a Língua Portuguesa como idioma de trabalho do sistema das Nações Unidas, reconhecendo o papel fundamental que caberá à CPLP na concretização deste desígnio.

23. Tomaram nota da realização da III Reunião Ministerial União Europeia – União Africana (UE-UA), que teve lugar a 21 de maio de 2025, em Bruxelas, destacando os potenciais impactos positivos no aprofundamento da parceria euro-africana, e reiteraram que a CPLP poderá contribuir para a aproximação entre os dois continentes, valorizando a experiência comum, os laços históricos e o diálogo privilegiado que une os seus Estados-Membros a parceiros em ambos os continentes.

24. Expressaram apreço pela forma como a República de Angola tem exercido a Presidência da União Africana, bem como pelo seu programa de ação, em especial nas áreas do Desenvolvimento Sustentável e da Paz e Segurança, e reiteraram interesse em contribuir para os trabalhos da presidência angolana, congratulando a República de Angola pelos esforços de mediação da paz na República Democrática do Congo, que resultaram no acordo de paz firmado em Washington, em 27 de junho.

25. Destacaram o seu apoio aos esforços de pacificação em Cabo Delgado e apelaram à mobilização da comunidade internacional para contribuir de forma ativa e coordenada para a estabilização da região.

26. Reafirmaram o empenho na projeção internacional da CPLP através da apresentação de candidaturas dos seus Estados-Membros a cargos e funções em organizações multilaterais, manifestando o endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas:

- Do Brasil, ao Conselho de Direitos Humanos (2027-2029), na eleição a realizar-se em outubro de 2026, em Nova Iorque;

- Do Brasil, ao Conselho Económico e Social (ECOSOC) (2027-2029), na eleição a realizar-se em 2026, em Nova Iorque;

- Do Brasil, de Carlos Manuel Baigorri, ao cargo de Vice-Secretário-Geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT), bem como à recondução do Brasil ao Conselho da UIT (2027-2030), ambas eleições a serem levadas a cabo em 2026.

27. Recordaram o endosso da CPLP às candidaturas:

- Do Brasil, de George Rodrigo Bandeira Galindo ao cargo de Juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM) para o mandato de 2026 a 2035, em eleições previstas para junho de 2026, em Nova Iorque;

- Da Guiné-Bissau, a candidatura a um lugar de Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para o mandato de 2028 a 2029;

- De Portugal, a um lugar de Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para o mandato de 2027 a 2028.

28. Saudaram Cabo Verde e Timor-Leste pela eleição como Vice-Presidentes da 80.<sup>a</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, destacando o compromisso com a paz, o diálogo e os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

29. Saudaram a recente eleição de Rodrigo Cavaleiro (Portugal) para Presidente do Comité de Proteção e Segurança dos Eventos Desportivos, da Convenção de Saint-Denis, no Conselho da Europa, para o período 2025-2027.

30. Felicitaram a eleição da oceanógrafa brasileira Letícia Carvalho ao cargo de Secretária-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), para o mandato 2025-2028.

31. Saudaram a escolha do Brasil, pela UNESCO, como país anfitrião da 3.<sup>a</sup> Conferência da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, prevista para 2027.

32. Comprometeram-se a trabalhar conjuntamente pela defesa da integridade das

competições desportivas, combatendo a manipulação dos resultados e as apostas ilegais em todo o seu espaço, e cooperar com os parceiros e signatários da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas – Convenção de Macolin.

33. Reiterando a importância do multilateralismo, com as Nações Unidas no seu centro, para enfrentar os desafios comuns que se apresentam à humanidade, recordaram a premente necessidade de reformar as instituições de governança global para promover maior e mais efetiva participação dos países em desenvolvimento em seus órgãos de tomada de decisão, tornando-as mais adequadas às realidades geopolíticas contemporâneas. Em vista do 80.º Aniversário das Nações Unidas, em 2025, manifestaram o seu apoio a uma reforma abrangente das Nações Unidas para dotá-la dos instrumentos necessários para enfrentar os crescentes desafios do século XXI.

34. Coincidiram na importância de avançar na necessária reforma do Conselho de Segurança, incluindo a ampliação do órgão na categoria de Membros Permanentes e na categoria de Membros Não-Permanentes, de modo a aumentar a representação, no Conselho, de países em desenvolvimento de regiões não representadas ou sub-representadas, como África, América Latina e Ásia-Pacífico, tornando-o mais representativo, mais legítimo e consequentemente mais eficaz.

35. Reafirmaram o seu apoio à aspiração do Brasil de ocupar um assento permanente num CSNU ampliado, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (Salvador, 1997) e das Declarações de Chefes de Estado e de Governo aprovadas em São Tomé (2004), Bissau (2006), Lisboa (2008), Luanda (2010), Maputo (2012), Díli (2014), Brasília (2016), Santa Maria (2018), Luanda (2021) e São Tomé (2023).

36. Renovaram o apoio à aspiração do continente africano em estar representado, com a categoria de Membro Permanente, no CSNU, conforme refletido no “Consenso de Ezulwini”.

37. Tomaram nota da realização, em Luanda, da 17.ª Cimeira Empresarial Estados Unidos-África, que reforçou o compromisso com parcerias estratégicas em áreas como energia, saúde, infraestruturas, tecnologias digitais e minerais críticos, e destacou o papel da República de Angola como plataforma de diálogo e cooperação.

38. Saudaram o papel ativo da República de Angola na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), sublinhando o seu contributo para a estabilidade regional, a integração económica e o desenvolvimento sustentável, e ressaltaram o empenho da República de Angola em projetos estruturantes como o Corredor do Lobito, que reforçam a conectividade e o comércio regional.

39. Saudaram a realização, entre os dias 10 e 13 de julho de 2025, na cidade de Malabo, da 7.ª Reunião de Coordenação Semestral da União Africana, sob os auspícios da República da Guiné Equatorial, que acolheu a 47.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo e a 5.ª Sessão Ministerial Conjunta dos Comitês Técnicos Especializados, bem

como a Sessão de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, das Comunidades Económicas Regionais e dos Mecanismos Regionais, sublinhando a importância deste evento como plataforma de avaliação e relançamento das políticas continentais.

40. Felicitaram Moçambique pelo desempenho do mandato de Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no Biénio 2023-2024, particularmente na promoção da paz e segurança internacionais, na advocacia do diálogo internacional e do multilateralismo e na resolução de conflitos e de outras ameaças à paz e à segurança da atualidade.

41. Reiteraram o apelo à ratificação do Acordo sobre a Conservação e a Utilização Sustentável da Biodiversidade Marinha de Áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ), seguindo o exemplo de Guiné-Bissau, Portugal e Timor-Leste, para que a entrada em vigor seja célere.

42. Saudaram a instituição da Associação das Comunidades Luso-Asiáticas, com sede em Díli, no âmbito da IV edição da Conferência das Comunidades Luso-Asiáticas, sob o lema “Unidos na Diversidade”, realizada em Timor-Leste, de 27 a 29 de junho de 2025, com enfoque na promoção da Língua Portuguesa enquanto vetor de ligação com Comunidades que partilham história e cultura promotoras da paz, solidariedade, amizade e diálogo frutífero, para a harmonia entre comunidades e povos, educados na e para a paz.

43. Registaram com satisfação a afirmação da política externa de Timor-Leste, contribuindo para a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas, através da realização da Conferência Internacional de Díli – Navegando Desafios: Direito do Mar e Resolução da Disputas Marítimas, realizada a 15 e 16 de maio de 2025, que contou com a ampla participação de Representantes dos Estados-Membros, bem como da participação da CPLP na Cimeira de Alto Nível do g7+, com o tema “Paz no Mundo e Paz nos Países do g7+, Desafios e Soluções Partilhadas”, realizada em 25 de setembro de 2024, margem da 79.<sup>a</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

## **Cooperação**

44. Enfatizaram a importância dos Oceanos numa visão relacionada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente no que respeita ao ODS14 e o seu contributo para a segurança alimentar e a nutrição, a erradicação da pobreza e salientaram a necessidade da sua gestão, conservação e uso sustentável em benefício de toda a humanidade.

45. Reafirmaram os compromissos assumidos pelos Estados-Membros na Estratégia da CPLP para os Oceanos, que assenta numa visão comum e integrada dos Assuntos do Mar, baseada numa abordagem multisetorial de cooperação internacional com vista à promoção do desenvolvimento sustentável, e recomendaram a realização de reuniões dos ministros responsáveis pelos Assuntos do Mar da CPLP e a atualização de um plano de trabalho para o triénio 2025-2027, de forma articulada com outras iniciativas setoriais da

Comunidade e assente transversalmente no reforço de parcerias que contribuam para a afirmação da CPLP no contexto da agenda global dos oceanos.

46. Registaram, com satisfação, o empenho de São Tomé e Príncipe no incremento da Diplomacia do Oceano e no desenvolvimento da Economia Azul, ancorando-se no objetivo de transformar o País num Guardião do Golfo da Guiné para prevenção da pirataria e outros atos desestabilizadores, em linha com o anúncio da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEAC) de estabelecer, em São Tomé, o Centro Regional da Economia Azul desta organização.

47. Tomaram boa nota da Reunião de Alto Nível dos Pequenos Estados Insulares do Atlântico, Índico e Mar do Sul da China (AIS-SIDS), realizada na cidade da Praia, Cabo Verde, porquanto constitui um espaço estratégico de diálogo sobre matéria comum na gestão dos recursos marinhos, na adaptação às alterações climáticas e no desenvolvimento sustentável, no âmbito da qual Cabo Verde assumiu a Presidência rotativa do Mecanismo de Coordenação da AIS-SIDS para o mandato 2025-2027, no quadro das Nações Unidas.

48. Reafirmaram o seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os ODS e do “Pacto para o Futuro, Compacto Digital Global e Declaração sobre as Gerações Futuras”, adotado no contexto da 79.ª AGNU, instrumentos sustentados pelos valores do multilateralismo, da promoção da paz, do desenvolvimento sustentável e do primado dos direitos humanos, reiterando que a erradicação da pobreza permanece como objetivo central nos esforços de cooperação na CPLP.

49. Reafirmaram o compromisso da CPLP com a conservação ambiental, a promoção da sustentabilidade e o combate à crise climática, tendo por base os acordos internacionais da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP-16) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da COP-29 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUMC/CQNUAC), da COP-16 da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD); assim como do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas; e saudaram a aprovação do Plano de Ação do Ambiente da CPLP 2025-2026.

50. Registaram que o acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial e que a sua universalização deve ser uma prioridade, e saudaram a aprovação do Plano de Ação da Água 2025-2026, que visa fomentar a implementação de políticas de resiliência hídrica e ampliar o financiamento para infraestrutura e inovação tecnológica no setor no espaço da CPLP.

51. Destacaram a aprovação do Plano de Ação 2025-2030 da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros, encorajando o diálogo e o intercâmbio de conhecimentos e experiências no campo da apresentação de relatórios, da implementação de recomendações e do acompanhamento dos mecanismos internacionais de direitos humanos, incluindo, entre outras, iniciativas de combate a todas as formas de



discriminação, xenofobia e intolerância correlata.

52. Reafirmaram o compromisso com os direitos humanos de todos os migrantes e refugiados, independentemente da condição migratória, bem como com a implementação do Pacto Global sobre Refugiados, e saudaram a criação da Coligação para o Pacto dos Refugiados, iniciativa que visa reforçar a cooperação entre os Estados-Membros na implementação do Pacto.

53. Registaram o seu apreço pela realização da III Reunião de Ministros de Energia, que aprovou a revisão do Plano Estratégico de Cooperação em Energia para o período 2025-2030 e, à margem desta, da II Conferência de Energia da CPLP, cujos debates permitiram consolidar a visão sobre o potencial da CPLP enquanto plataforma de diálogo e concertação política nos domínios da transição energética, sobre o combate às alterações climáticas e promoção do desenvolvimento sustentável.

54. Reiteraram a importância da Declaração do V Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) e do Plano de Atividades da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) 2025-2027, aprovados em Bissau, por ocasião da V Reunião Ordinária desse Conselho, e incentivaram a implementação de medidas de promoção da segurança alimentar e nutricional nos Estados-Membros, como compromisso com o Direito Humano à Alimentação Adequada.

55. Manifestaram o seu apoio à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e reconheceram o papel crucial que a iniciativa pode desempenhar na mobilização de recursos e conhecimentos para a implementação de políticas públicas e tecnologias sociais de comprovada eficácia, assim como nas sinergias com a ESAN CPLP, no processo de erradicação da fome e da pobreza, e saudaram a adesão de todos Estados-Membros e do Secretariado Executivo da CPLP.

56. Congratularam-se com a realização da XXIV Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados que reconheceu que a realização de diferentes atividades estratégicas, operacionais e formativas na componente de defesa da CPLP contribui para o fortalecimento da confiança mútua, a interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados-Membros, e o aprofundamento das capacidades regionais de resposta a desafios comuns, e o papel estratégico que os Estados ribeirinhos e arquipelágicos da CPLP podem desempenhar na promoção da segurança marítima.

57. Felicitaram o Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Pires (Guiné-Bissau) pela tomada de posse como novo Diretor do Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP), para o mandato 2025-2028, tendo este Centro comemorado o 20.º aniversário, em novembro de 2023.

58. Saudaram a realização da XII Conferência do Fórum dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, com o tema “A Eficiência dos Tribunais, Sociedades Pacíficas e Inclusivas e Desenvolvimento Sustentável”, incentivando o reforço da eficácia, da coerência e da sustentabilidade das iniciativas desenvolvidas no quadro da cooperação jurídica e judiciária da Comunidade.

59. Saudaram a realização da missão de técnicos de saúde dos Estados-Membros ao Estado do Piauí, no âmbito do programa “Saúde Digital”, e encorajaram o prosseguimento das atividades de cooperação, com a elaboração de projetos-piloto de aplicação do sistema nos Estados-Membros da CPLP.

60. Salientaram a importância da ratificação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP e a conclusão do Acordo Administrativo para a sua aplicação.

61. Felicitaram a Guiné Equatorial pela exitosa organização da XLIX Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC), em Malabo, que contribuiu significativamente para o acompanhamento da execução das atividades financiadas pelo Fundo Especial da CPLP, além da realização de seminários de capacitação para os pontos focais setoriais da Guiné Equatorial.

62. Lançaram a Década da Juventude da CPLP (2026-2036), instituindo a juventude como eixo transversal e estruturante da cooperação lusófona, articulando-a com áreas como educação, saúde, soberania alimentar e desenvolvimento sustentável, através de mecanismos institucionais vinculativos, alinhados com boas práticas internacionais e garantindo o envolvimento direto das organizações juvenis e do Fórum da Juventude da CPLP.

### **Ação Cultural, Promoção e Difusão da Língua Portuguesa**

63. Reiteraram o carácter pluricêntrico da Língua Portuguesa e congratularam-se com o empenho de Portugal e do Brasil na promoção do bilinguismo no espaço Ibero-americano, enquanto ferramenta adicional de projeção internacional da Língua Portuguesa, bem como de aproximação daquele espaço à CPLP.

64. Registaram, com satisfação, as celebrações do dia 5 de maio – Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP e Dia Mundial da Língua Portuguesa – que, em 2025, decorreram em torno do tema “A promoção e difusão da Língua Portuguesa e da diversidade cultural dos Estados-Membros da CPLP: das experiências tradicionais às plataformas digitais”, congratulando-se com a multiplicidade de atividades e iniciativas organizadas pelos Estados-Membros, pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), pelos Grupos CPLP, com destaque para a Conferência realizada na Sede da UNESCO, em Paris, pelos Observadores Associados, pelos Observadores Consultivos e outras organizações da sociedade civil, reiterando a importância do reforço da presença da Língua Portuguesa no meio digital, a par de outras línguas globais.

65. Saudaram a recente inscrição dos sítios Cânion do Peruaçu, no Brasil, do Arquipélago dos Bijagós, na Guiné-Bissau, e do Parque Nacional de Maputo, em Moçambique, na Lista do Património Mundial da UNESCO, e reiteraram o compromisso da CPLP com a preservação, valorização e promoção do património cultural e natural dos Estados-Membros, reconhecendo o seu papel fundamental para o desenvolvimento sustentável, a conservação da biodiversidade, proteção de áreas protegidas, bem como para o

fortalecimento dos laços de identidade e de cooperação na Comunidade.

66. Congratularam-se com a realização da 1.<sup>a</sup> edição do concerto “Mulheres da Lusofonia”, na cidade de Lisboa, no dia 7 de maio de 2024, e da 2.<sup>a</sup> edição, na cidade da Praia, no dia 24 de maio de 2025, no âmbito das comemorações dos 50 anos da Independência de Cabo Verde (CNO-50) e do “Dia Mundial da Língua Portuguesa”, que contou com o apoio institucional da CPLP.

67. Encorajaram a dinamização de atividades e iniciativas para as celebrações do dia 5 de maio em 2026, por ocasião do 30.<sup>o</sup> Aniversário da CPLP, apelando à ampla participação dos Estados-Membros, do IILP, dos Grupos CPLP nas Organizações Internacionais, dos Observadores Associados e Consultivos, e da sociedade civil, na comemoração da efeméride.

68. Saudaram a aprovação da revisão dos Estatutos do IILP e convidaram os Observadores Associados e Consultivos da CPLP a uma maior colaboração com o IILP no quadro das atribuições e das atividades daquele Instituto.

69. Tomaram nota da realização da XIII Reunião dos Ministros da Educação, que aprovou o Plano de Ação de Cooperação Multilateral em Educação da CPLP (2025-2027), e encorajaram o aprofundamento do diálogo político com vista à promoção de uma educação de qualidade, ao fomento da igualdade de oportunidades e o reforço dos valores da cidadania, da participação democrática e da responsabilidade coletiva, e congratularam a aprovação da proposta brasileira para a criação da Rede de Juventude da CPLP para a Sustentabilidade.

70. Felicitaram a adesão da CPLP à Coligação da Alimentação Escolar: Nutrição, Saúde e Educação para cada Criança, organizada em parceria com o Programa Alimentar Mundial (PAM), incentivando a consolidação do compromisso da Comunidade com a cobertura universal dos programas de alimentação escolar enquanto instrumentos de acesso à educação, à equidade social e de género, à defesa dos agricultores locais e dos sistemas alimentares, ao apoio à resiliência climática, ao incremento de novos empregos e crescimento económico.

71. Saudaram o resultado da X Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para a criação de uma Comissão Coordenadora para o desenvolvimento da Licenciatura em Saúde Pública, com base comum, para os Estados-Membros da CPLP com vista à sua entrada em funcionamento no ano letivo de 2026-2027.

### **Assuntos Económicos e Empresariais**

72. Encorajaram a implementação da Agenda Estratégica de Cooperação para a Consolidação Económica na CPLP 2022-2027, estimulando as entidades nacionais competentes de cada Estado-Membro a intensificarem a partilha de experiências e de boas práticas nos domínios da Economia, Comércio e Finanças, e enfatizaram a

necessidade de promover o empoderamento económico das mulheres como elemento fundamental para a sua concretização plena.

73. Tomaram boa nota das Recomendações da XXX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros e da adoção das seguintes resoluções:

- a) Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;
- b) Resolução sobre a revisão dos Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);
- c) Resolução sobre o Relatório Intercalar da Operacionalização da Nova Visão Estratégica para a CPLP 2016-2026;
- d) Resolução sobre a sobre a Priorização Política da Água na Agenda da CPLP;
- e) Resolução sobre a criação da Rede de Pontos Focais dos Acordos Multilaterais de Ambiente na CPLP;
- f) Resolução sobre o Combate ao Racismo no Desporto;
- g) Resolução sobre o Reforço do Funcionamento e Sustentabilidade das Redes da CPLP;
- h) Resolução sobre o Reforço da Cooperação Económica e Empresarial na CPLP;
- i) Resolução sobre a Constituição da Comissão Coordenadora para o desenvolvimento da Licenciatura em Saúde Pública, com base comum, para os Estados-Membros da CPLP;
- j) Resolução de Adoção do Regulamento Financeiro da CPLP;
- k) Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o ano de 2026;
- l) Resolução sobre o Orçamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa para o ano de 2026;
- m) Resolução sobre o Orçamento Retificativo do IILP para o exercício de 2025;
- n) Resolução sobre o Relatório de Auditoria às Contas de 2023 do Secretariado Executivo da CPLP;
- o) Resolução sobre o Relatório de Auditoria Financeira e de Conformidade ao IILP (Ref. Ano 2022).

74. Aprovaram as seguintes resoluções e declaração:

- a) Declaração sobre lema da Presidência: “A CPLP e a Soberania Alimentar: Um Caminho para o Desenvolvimento Sustentável”;
- b) Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP;
- c) Resolução sobre a Nomeação de Embaixadores de Boa Vontade;
- d) Resolução sobre as Recomendações da V Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP);
- e) Declaração de Apreço ao Secretário Executivo da CPLP, Dr. Zacarias Albano da Costa;
- f) Homenagem à memória da cidadã cabo-verdiana Georgina Benrós de Mello, ex-Diretora-Geral da CPLP.

75. Elegeram a Secretária Executiva da CPLP, Embaixadora Maria de Fátima Monteiro Jardim, indicada pela República de Angola, para o mandato 2025-2027.

76. Outorgaram o Prémio José Aparecido de Oliveira ex-aequo a Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, em reconhecimento do contributo ímpar para a edificação da CPLP e a aproximação dos povos da Comunidade, bem como pelo reconhecimento internacional como figura na promoção da paz, da democracia e do desenvolvimento sustentável, e à Dr.<sup>a</sup> Maria do Carmo Trovoadá Pires de Carvalho Silveira, pelo contributo ímpar na defesa das causas públicas e na liderança de processos regionais do continente africano, incluindo no desempenho do cargo de Secretária Executiva da CPLP.

77. Felicitaram a presidência cessante de São Tomé e Príncipe da CPLP pela condução dos trabalhos da Organização com vista ao alcance dos objetivos preconizados, em particular a consolidação da cooperação nos setores da juventude e sustentabilidade e o incremento da cooperação nos setores económico e empresarial entre os Estados-Membros da CPLP.

78. Felicitaram as autoridades guineenses pela excelente organização e expressaram o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensada a todos os participantes na XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Feita e assinada em Bissau, a 18 de julho de 2025.

*Pela República de Angola*

Téte António, Ministro das Relações Exteriores da República de Angola

*Pela República Federativa do Brasil*

Carlos Sérgio Sobral Duarte, Secretário de África e Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

*Pela República de Cabo Verde*

José Maria Pereira Neves, Presidente da República de Cabo Verde

*Pela República da Guiné-Bissau*

Umaro Sissoco Embaló, Presidente da República da Guiné-Bissau

*Pela República da Guiné Equatorial*

Manuel Osa Nsue Nsua, Primeiro-Ministro da República da Guiné Equatorial

*Pela República de Moçambique*

Daniel Francisco Chapo, Presidente da República de Moçambique

*Pela República Portuguesa*

Paulo Rangel, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa

*Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe*

Carlos Manuel Vila Nova, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Américo Ramos, Primeiro-Ministro da República Democrática de São Tomé e Príncipe

*Pela República Democrática de Timor-Leste*

José Ramos-Horta, Presidente da República Democrática de Timor-Leste

## **ANEXO**

### **Reuniões da CPLP realizadas entre 27 de agosto de 2023 e 18 de julho de 2025**

#### **Ø Conselho de Ministros**

- XXIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros – São Tomé, 19 de julho de

**Revista Militar N.º 2681/2682 - Junho/Julho de 2025, pp 579 - 596.**

*:: Neste pdf - página 14 de 17 ::*

2024

- XXX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros – Bissau, 17 de julho de 2025

#### **Ø Comité de Concertação Permanente**

- Reuniões Ordinárias: da 265.<sup>a</sup>, em 26 de outubro de 2023, na Sede da CPLP, em Lisboa, até à 284.<sup>a</sup>, em 16 de julho, em Bissau
- Reuniões Extraordinárias: 122.<sup>a</sup>, em 5 de fevereiro de 2025, na Sede da CPLP, em Lisboa, Reunião Extraordinária de 5 de abril de 2025, na Sede da CPLP, em Lisboa

#### **Ø Assembleia Parlamentar**

- A XIII Reunião Ordinária da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP) – Maputo, 22 e 23 de julho de 2024
- XIV Reunião Ordinária da AP-CPLP – Maputo, 14 e 15 de julho de 2025

#### **Ø Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação**

- L RPFC, realizada em Bissau, a 14 e 15 de julho de 2025
- XLIX RPFC, realizada em Malabo, a 2 e 3 de abril de 2025
- XLVIII RPFC, realizada em São Tomé, a 15 e 16 de julho de 2024
- XLVIII RPFC, realizada em São Tomé, Díli, 14 e 15 de março de 2024

#### **Ø Reuniões do Conselho Científico do Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP**

- XXI Reunião Ordinária – Sede do IILP, Praia, 30 de junho e 1 de julho de 2025
- VI Reunião Extraordinária – Sede do IILP, Praia, 20 de março de 2025
- XX Reunião Ordinária – Sede do CPLP, Lisboa, 2 e 3 de julho de 2024

#### **Ø Ministeriais Setoriais (e outras reuniões equiparadas)**

##### **• Agricultura e Segurança Alimentar**

- V Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP – CONSAN – Bissau, 13 e 14 de julho de 2025

##### **• Ambiente e Recursos Hídricos**

- X Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, realizada em São Tomé, a 18 de fevereiro de 2025

**Revista Militar N.º 2681/2682 - Junho/Julho de 2025, pp 579 - 596.**

*:: Neste pdf - página 15 de 17 ::*

- III Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água, realizada em São Tomé, a 20 de fevereiro de 2025

• **Cultura**

- III Reunião Extraordinária de Ministros da Cultura da CPLP - São Tomé, 7 de maio de 2025

- XIII Reunião de Ministros da Cultura da CPLP - São Tomé, 7 de maio de 2024

• **Defesa**

- XXIV Reunião de Ministros/as da Defesa Nacional ou equiparados/as da CPLP (MDN/CPLP) - São Tomé e Príncipe, 29 de maio de 2025

- XXIII Reunião de MDN/CPLP - Guiné Equatorial, 24 de julho de 2024

- 26.<sup>a</sup> Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP - Angola, 20 e 21 de maio de 2025

- 25.<sup>a</sup> Reunião de CEMGFA/CPLP - Guiné-Bissau, 20 e 21 de maio de 2024

- XXI Reunião de Diretores/as de Política de Defesa Nacional (DPDN/CPLP) - São Tomé e Príncipe, 28 de maio de 2025

- XX Reunião de DPDN/CPLP - Videoconferência (São Tomé e Príncipe), 31 de outubro de 2024

- XIX Reunião de DPDN/CPLP - Guiné Equatorial, 23 de julho de 2024

- XVIII Reunião de DPDN/CPLP - Portugal, 30 e 31 de outubro de 2023

• **Educação**

- XIII Reunião dos Ministros da Educação da CPLP - São Tomé, 13 de junho de 2025

• **Ensino Superior, Ciência e Tecnologia**

- X Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP - São Tomé, 31 de janeiro de 2025

• **Energia**

- III Reunião de Ministros da Energia - Sede da CPLP, 26 de maio de 2025

• **Governança Eletrónica**



- III Reunião Interministerial de Governação Eletrónica - Sede da CPLP, 25 de março de 2025

- **Juventude e Desportos**

- XV Conferência de Ministros da Juventude e Desporto - Cascais, 14 de novembro de 2024

- **Saúde**

- VII Reunião de Ministros da Saúde da CPLP - São Tomé, 15 de abril de 2025

- **Trabalho e Assuntos Sociais**

- XVI Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais - Sede da CPLP, 18 de junho de 2025

- **Turismo**

- XII Reunião de Ministros do Turismo - São Tomé, a 31 de outubro de 2024

